

## O ATENDIMENTO EDUCACIONAL AO ALUNO SURDO E COM BAIXA VISÃO NO ENSINO REGULAR REMOTO

Thayllane Moura De Pontes <sup>1</sup>

Ana Cristina Silva Daxenberger <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como temática, o atendimento educacional ao aluno surdo e com baixa visão no ensino regular remoto, devidamente matriculado no oitavo ano do ensino fundamental séries finais, no decorrente cenário da Pandemia da Covid-19. Nesse sentido, buscamos investigar quais foram estratégias de ensino mais adotadas na educação emergencial remota para atender as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo aluno surdo e com baixa visão. Para isso, o objetivo geral visou analisar o processo e as estratégias de ensino utilizadas para a aprendizagem do surdo e com baixa visão no ensino regular remoto, em tempos de pandemia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com enfoque autoetnográfico, tendo como instrumento para coleta de dados os estudos teóricos e o diário pessoal da tradutora intérprete que atua com o aluno surdo com baixa visão, no ensino regular. Os dados nos permitem afirmar que, durante o período de pandemia de covid-19, as ações didático-pedagógicas foram adaptadas para melhor atender o estudante, utilizando-se de adaptações materiais e curriculares. Para consolidarmos a inclusão social, faz-se necessário o atendimento educacional especial observando as necessidades de cada estudante e socializar as práticas exitosas, porém, o ensino remoto não funcionou para o aluno surdo e com baixa visão, uma vez que as estratégias de traduções das aulas mais adotadas para a aprendizagem deste aluno foram realizadas presencialmente, com o apoio da Libras (língua brasileira de sinais) Tátil e matérias adaptados.

Palavras-chave: Surdez; Ensino Remoto; Baixa Visão; Recursos Adaptados.

### INTRODUÇÃO

Sabe-se, que o ano de 2020 foi marcado expressivamente pela preocupante pandemia, causada pela doença Covid19<sup>3</sup>, que mobilizou negativamente os indivíduos de toda parte do globo terrestre, trazendo o isolamento social. Por conta disso, toda sociedade mundial foi impressionantemente impactada, alguns aspectos gerados pela crise sanitária em questão atingiram as pessoas, quanto à saúde física e emocional, como também, no aspecto econômico, educacional, dentre outros.

---

<sup>1</sup> Graduada em Letras Libras da UFPB/ UAB. [thayllanepontes88@gmail.com](mailto:thayllanepontes88@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora Orientadora, vinculada ao DCFS/ UFPB, [ana.daxenberger@gmail.com](mailto:ana.daxenberger@gmail.com);

<sup>3</sup> “A COVID-19 é a denominação da doença cujo vírus causador é o SARS-CoV-2, conhecido como o novo coronavírus. Devido a sua velocidade de propagação e contaminação em nível exponencial, acabou por instalar uma pandemia mundial que teve o seu início na China, no final de dezembro de 2019.” (JOYE, MOREIRA e ROCHA, 2020)

Em decorrência do problema citado, devido ao SARS-CoV2 (Coronavírus), que ainda está presente em nossas vidas, este vírus promoveu um alto nível de contaminação se espalhando rapidamente, com uma assombrosa intensidade e tem sofrido mutações.

Assim, a maioria das atividades comerciais e educacionais exercidas pelas pessoas, no cotidiano foram interrompidas obrigatoriamente, por uma questão de segurança sanitária. Ninguém fazia e/ou faz ideia do retorno à normalidade das atividades sociais. Depois de um tempo, os sujeitos necessitavam dar continuidade as suas atividades diárias, que apesar das dificuldades, vários setores se reinventaram (inclusive o educacional), com a possibilidade de realização dos serviços serem exercidos remotamente, pois a segurança está atrelada a dois vieses – o isolamento social e aplicação de vacinas que imunizem as pessoas, contra o vírus (OPAS, 2021).

Para Carissa F. Etienne, diretora da Organização Pan-Americana da Saúde <sup>4</sup>(OPAS, doravante), ela como ocupante desse cargo, celebrou a implementação das vacinas contra a Covid-19 nas Américas, a exemplo, da vacina AstraZeneca de Oxford, porém em muitos países, assim como no Brasil, o processo de vacinação continua lento (OPAS, 2021). Deste modo, mesmo que tenhamos o controle do SARS-Cov2, por meio de vacinação, prevenção e medicações, a normalidade que as sociedades tinham em 2019 não será a mesma.

Nesse sentido, o cenário da pandemia promoveu diversos problemas sociais e educacionais, muitas dificuldades tem permanecido devido da inexistência de um plano nacional brasileiro eficiente que leve o Brasil a uma estabilidade sanitária e conseqüentemente melhorias nas demais áreas sociais. Segundo Barbosa e Cunha (2020, p. 33) “A pandemia do novo corona vírus tem desnudado a sociedade a diversos problemas sociais [...], que, historicamente, impactam a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo.” No caso específico do Brasil, este problema demonstra que participamos de uma sociedade extremamente fragilizada e incapacitada de prover os principais serviços públicos básicos que subsidiem a população.

Especificamente, tratando as mudanças do sistema de ensino no Brasil, em função da pandemia da Covid-19; podemos apontar que temos milhares de estudantes sem acesso à educação por meio do ensino remoto veiculado pelas tecnologias, decorrentes de problemas como a falta de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, dentre outros. Contudo, nem todos os estudantes têm condições de

---

<sup>4</sup> Para mais informações, visite o site: <<https://www.paho.org/pt>>

adquirir um aparelho digital tecnológico com acesso à Internet, para dar continuidade aos estudos. Além disso, há muitos outros fatores que não contribuem para as aulas via on-line, como por exemplo: estudantes que moram em zona rural (lugares muito distantes, onde o sinal da Internet não chega); outros têm problemas no seio familiar; ou não têm condições financeiras para suprir essas necessidades.

Considerando essa realidade, enfatizamos ser importante discutir sobre o atendimento do aluno surdo e com baixa visão, aqueles estudantes com necessidades educacionais especiais numa perspectiva da educação inclusiva; como está previsto em documentos legais

. Desse modo, em âmbito educacional surgiu um novo formato de ensino – a Educação Emergencial Remota ou Ensino Remoto.

De acordo com Joye, Moreira e Rocha (2020, p. 13), o ensino remoto é compreendido por “o uso de soluções de ensino e produção de atividades totalmente remotas, como por exemplo, a produção de vídeo-aulas que podem ser transmitidas por televisão ou pela Internet. Essas aulas estão sendo ministradas digitalmente”. Entende-se, que as medidas de contenção do vírus incluem o trabalho nas escolas, em que professores e estudantes tem mantido as atividades educacionais através do sistema on-line, onde existe o contato virtual ao invés do presencial, evitando qualquer contaminação.

Vale reiterar, sobre os aspectos relacionados ao processo de inclusão do aluno surdo e com baixa visão, no ensino regular em contexto da pandemia, da Covid-19. Para Rabuske (2016, p. 06), destacar a responsabilidade do Ministério de Educação e Cultura se faz necessária, principalmente por dizer que “A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi elaborada [...] visando uma escola que não exclua e sim acolha a todos respeitando as suas limitações [...] e garantias ao acesso ao direito à educação inclusiva”. Para tanto, a inclusão escolar valoriza a diversidade como necessidade fundamental, em favor das aprendizagens dos estudantes, que são o centro do processo.

Considerando os aspectos anteriores apresentados, o objetivo geral deste artigo é analisar o processo e as estratégias de ensino utilizadas para a aprendizagem do aluno surdo e com baixa visão no ensino regular remoto, em tempos de pandemia, em uma instituição escolar estadual, de uma cidade do interior da Paraíba, partindo do relato autoetnográfico de uma profissional em atuação educacional. Sendo assim, no contexto

da educação básica em tempos de pandemia, buscamos investigar: Quais foram estratégias de ensino mais adotadas na educação emergencial remota para atender as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo aluno surdo e com baixa visão?

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

No que tange aos procedimentos metodológicos, este trabalho caracteriza-se por uma abordagem de natureza qualitativa e descritiva, realizada por meio de relato autoetnográfico, escrito e refletivo a partir da experiência da autora durante o período letivo de 2020. O estudo autoetnográfico consiste em um método de pesquisa que descreve e analisa a experiência do pesquisador, que tem sua visível participação no desenvolvimento da pesquisa, no sentido de realizar uma investigação aprofundada sobre práticas relacionadas ao objeto de estudo conectado a sua vivência pessoal. A partir disso, realiza uma reflexão crítica acerca do objeto de estudo, ao mesmo tempo em que está inserida a sua subjetividade como contribuição para o próprio trabalho.

E tem a abordagem qualitativa e descritiva, por trazer situações reais do cotidiano, em que serão utilizados recortes descritivos para dar sustentação a pesquisa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados são fundamentais. Para a coleta de dados, utilizamos observação e recortes descritivos de relato autoetnográfico construído, a partir da experiência, da intérprete de Libras, registrada por meio de Diário Pessoal.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS LEGAIS E A ESCOLA INCLUSIVA**

No que se refere à Educação Inclusiva, discorreremos sobre a inclusão do aluno surdo e com baixa visão, no ensino básico. Nesse caso, precisamos compreender que as pessoas têm o direito ao acesso à educação independente de raça, cor, gênero, etc. (BRASIL, 1988, BRASIL, 2015). As instituições escolares, sendo agências de desenvolvimento da aprendizagem e formadora dos sujeitos, precisam estar preparadas para atender a diversidade de educandos que as compõem.

Entretanto, nem todas as escolas estão preparadas para receber o grupo de alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda há uma fragilidade significativa, que pode ser constatada a partir de diferentes ângulos, por exemplo: quando um profissional que não tem a formação adequada e está em sala de aula, e/ou ainda, não passou por

uma especialização na área, para dar um suporte melhor durante o processo de ensino, e/ou na questão de investimentos em suportes tecnológicos que auxiliem a heterogeneidade presente nas salas de aulas de nosso país.

Dessa maneira, no que está relacionado ao aluno surdo, ele tem a garantia de acesso escolar mediante os direitos preceituados pela Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A educação tem sua função social em vários aspectos, porque abrange uma sociedade plural, sendo responsabilidade da família matricular o aluno nas instituições escolares, que incluam discentes com necessidades especiais dispondo do atendimento ao ensino regular e demais modalidades que compõem o sistema educacional. Daí, a relevância em destacar a educação especial como modalidade que integra a educação inclusiva abrangedora de todos os sujeitos independente das características. No que se refere ao âmbito educacional, no caso específico do Brasil, os dispositivos legais demonstram na Constituição Federal de (1988), que está assegurada no Art. 205.

Em particular, o aluno surdo e com baixa visão precisa ser bem assistido para que possa cumprir suas atividades educativas, não se podem limitar as questões de deficiência. Na escola é preciso dar as condições que o ajude a superar as barreiras que impedem a inclusão e aprendizagem para progredir socialmente em seu cotidiano; é aqui que surge a figura do Intérprete de Libras em contribuição aos professores. Pois, a prática pedagógica exige da docência, um trabalho árduo com vistas a explorar todas as possibilidades possíveis, para que o referido aluno avance em sua aprendizagem (SILVA, FAGUNDES, 2015).

Por essa ótica, o aluno surdo e com baixa visão deve estar incluído nas redes regulares de ensino, geralmente acompanhado do Intérprete de Libras que dá suporte no momento das aulas, compartilhando a mesma língua – a LIBRAS, proporcionando a assimilação dos conhecimentos. Assim, expandindo as possibilidades de aprendizagem do referido aluno.

Com a incumbência de garantir a permanência do estudante na escola, o papel social concebe acolher a realidade do aluno relacionando a uma ação que privilegie situações favoráveis, para que o sujeito aluno possa construir conhecimentos que leve para a vida, se tornando cidadão ativo e participativo na sociedade.

Visto que, cada país tem sua própria língua de sinais, isso ocorre também com a Libras, que no Brasil consiste no meio oficial de comunicação dos surdos, com

estruturas gramaticais próprias não sendo universal. De fato, em nosso país, a população nacional, em sua maioria, é composta por pessoas ouvintes, a aquisição da língua materna consiste na língua portuguesa. No caso os alunos ouvintes se alfabetizam com a língua portuguesa (L1), e já com os alunos surdos, de início, como primeira língua deveria ser a Libras (L1). Todavia, nem sempre os Surdos aprendem a Libras como língua primeira (L1), às vezes acontece de membros de família ouvinte, que não sabem Libras e nem tem acesso a aprendê-la não darem maior importância, seja por ausência de interesse ou falta de conhecimento. A Libras que se caracteriza, com base em expressões faciais e sinais é realizada simultaneamente num determinado espaço-visual gerando a comunicação, essencial na formação na primeira infância do surdo; para então, quando este for matriculado na escola possa ter a aprendizagem da L2 (Língua Portuguesa).

Na esfera escolar, incide ser uma agência da priorização das possibilidades de construção de conhecimentos e estímulos no que se refere ao envolvimento entre comunidade surda e ouvinte. Nesse sentido, destaquemos o aluno surdo na conjuntura escolar. Segundo Rosa (2006) discorre sobre o contexto escolar em relação ao processo inclusivo, que o movimento de inclusão deve atender a todos, independente de suas características, mas observando-se as necessidades específicas.

Neste processo, majoritariamente, muitos educadores de nosso país não apresentam domínio em Libras para comunicar-se diretamente com o aluno surdo, demonstrando fragilidade e insegurança no ato da interação escolar com o aluno surdo e com baixa visão, e às vezes, torna-se até constrangedor. Daí, a prática educativa só acontece com a intermediação apoiada pelo profissional Intérprete, que através da acessibilidade linguística, por meio da Libras, se torna uma ponte a comunicação entre professor e educando para construção do conhecimento.

## **INTRODUZINDO O CONTEXTO SOCIAL EM QUE FOI REALIZADO O PROCESSO EDUCATIVO COM O ALUNO SURDO E COM BAIXA VISÃO**

Apesar da pandemia de covid-19 ter surgido no ano de 2019, foi em 2020 que fomos surpreendidos, em território brasileiro, pelo cenário crítico que a pandemia provocou. De acordo com Joye, Moreira e Rocha (2020p. 13) “a pandemia, causada por um vírus denominado novo coronavírus (COVID19), fez com que todos os

estabelecimentos considerados não essenciais fossem fechados. As aulas foram suspensas em nome da preservação da vida”. Diante disso, a sociedade em geral estava sujeita a um alto nível de contaminação em massa, e as pessoas tementes ao risco de perder suas vidas, porque o novo coronavírus (SARS-CoV2) gerou efeitos intensos, a enfermidade considerada altamente letal, além de prejudicar todos os setores sociais, inclusive o educacional.

Desse modo, com a intenção de frear o alastramento da enfermidade, por ser uma emergência de saúde pública, um método eficiente defendido pelos especialistas da área para desacelerar a curva de transmissão do novo coronavírus, consistiu na realização do isolamento social para as pessoas não infectadas e quarentena para aquelas que contraíram o vírus. (BARRETO e ROCHA, 2020). Nesse contexto, as instituições pensaram em uma maneira de desenvolver o ensino através das tecnologias, foi então que surgiu o formato emergencial de ensino, semelhante à Educação à Distância, mas com um designer diferente, que se tornou conhecido por todos nós como “Educação emergencial Remota ou Ensino Remoto”.

Sendo assim, as aulas retornaram de maneira remota. Deste modo, trazendo para minha experiência estava tranquila por ter um bom conhecimento do uso das tecnologias e acesso às diferentes plataformas de aprendizagem, como por exemplo: *Moodle e Google Sala de Aula, Google Meet*, dentre outros aplicativos digitais, e redes sociais como: *WhatsApp, Instagram, Facebook*, etc. A realidade do ensino remoto então não se tornou impeditivo para minhas ações profissionais, por eu conhecer as ferramentas e aplicativos digitais que fazem parte desse novo formato de ensino e desenvolvimento da aprendizagem.

Então, o desafio de ensino ocorreu: como garantir a oportunidade de aprendizagem a um aluno surdo e com baixa visão - o qual será identificado como Aluno SBV. Logo, o desafio se pautou em conhecer as demandas pedagógicas do estudantes a partir de uma sondagem sobre suas dificuldades e buscar métodos eficientes para poder desenvolver no aluno aprendizagens significativas. E, em uma época de Pandemia, onde fomos instruídos a realizar este acompanhamento à distância, por meio das tecnologias. As ações deveriam funcionar da seguinte forma: Eu, na qualidade de intérprete, assistia às aulas síncronas, ou seja, em tempo real, aplicadas pelos professores das disciplinas, imprimia a atividade, adaptava e em outro momento abria reuniões particulares com o Aluno SBV, através do *Google Meet* (Plataforma

Digital), para apresentar os conteúdos ministrados e explicação. Todavia, o aluno surdo em questão, com a limitação da visão, se tornou inviável os estudos on-line, embora haja a correção da visão por meio de óculos de graus, ainda assim ele sentia muita dificuldade em enxergar. Sendo assim, precisamos pensar em alternativas para garantir os direitos legais do educando surdo e com baixa visão, considerando os preceitos da escola inclusiva (MANTOAN, 2005, CARVALHO, 2005, BRASIL, 2015).

É interessante destacar, as características do Aluno Surdo e com Baixa Visão (identificado como SBV): o estudante SBV tem 22 anos de idade, incluído no oitavo ano (Ensino Fundamental – Séries Finais), ensino regular, de em uma instituição escolar estadual, de uma cidade do interior da Paraíba.

Sendo assim, para o Aluno SBV a baixa visual é um complicador, porque pessoas surdas costumam se comunicar espaço-visualmente e não dispendo desse recurso para compreender o mundo ele precisou desenvolver uma habilidade a mais para suprir a ausência de uma visão consideravelmente boa, para poder aprender e comunicar-se com os demais. Leiamos o recorte de meu diário pessoal (2020),

[...] me deparei em duas situações: (i) inovar no trabalho, por meio do ensino emergencial remoto veiculado através das Tecnologias digitais de Informação e da Comunicação (TDIC), e (ii) recebi um novo aluno, este era surdo e com baixa visão ao qual havia sido matriculado na instituição onde atuo como Intérprete de Libras. A partir da orientação da coordenação escolar, o momento exigiu duas adaptações, ganhei missão de traduzir as atividades e avaliações que seriam aplicadas pelos professores das disciplinas, ficando encarregada de traduzi-las para o novo aluno e por meios das TDIC. (Diário Pessoal, 2020)

Considerando essa situação do aluno surdo e com baixa visão, fez-se necessário as adaptações para assegurar o direito do educando.

Para isso, existe uma multiplicidade de materiais concretos que podem ser adaptados para funcionarem como recursos pedagógicos em apoio ao trabalho do intérprete, todos propícios a aprendizagem do Aluno SBV. Exemplos: recursos ópticos (lente aumentadas), recursos não-ópticos como: caderno com linhas pautadas e largas, lápis (3B, 4B ou 6B) com ponta mais grossa, equipamentos tecnológicos digitais, materiais com textura, dentre outros.

No que está relacionado a esse aluno, necessitava de uma maneira diferenciada para a interação escolar. Então, os recursos utilizados compreenderam materiais adaptados e a metodologia da Libras Tátil, em auxílio ao processo de desenvolvimento



da aprendizagem. Segundo Tateishi, Santos e Junhui (2010, p. 02) denominam a Libras Tátil como “A língua de sinais utilizada pelas pessoas surdas adaptada ao tato.” Além disso, os referidos estudiosos citam que esse método é bastante utilizado pelo guia-intérprete, aquele profissional que acompanha pessoas surdocegas. O aluno em questão não é surdocego, mas a condição visual (baixa visão) pode vir a acarretar futura cegueira.

### **BUSCANDO ALTERNATIVAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO EM MEIO A PANDEMIA DE COVID-19**

A experiência foi totalmente nova, porque incidiu no primeiro ano como Intérprete, com a responsabilidade do desenvolvimento de práticas educativas voltadas a um público diferente do que era previsto para meu trabalho, ou seja, acompanhar alunos surdos em sala de aula como Intérprete de Libras. Contudo, como responsável durante um ano inteiro com um Aluno Surdo e com Baixa Visão (SBV), buscamos alternativa de ensino.

Nesse caso, como foi dito na seção da caracterização do aluno, em que o mesmo não tinha possibilidades de estudar através das aulas remotas on-line devido as suas condições, mudou-se as condições de ensino remoto para o presencial atendendo a todos os protocolos de biossegurança e com anuência da família.

Respeitada essa finalidade da situação, como segunda estratégia, utilizamos a Libras Tátil – um sistema de língua de sinais adaptada para surdocegos. Embora, o meu aluno não fosse cego, mas tinha baixa visão, o uso desse método no processo iria auxiliar o discente. Nesse caso, promovida pelo contato com as mãos, do aluno e interlocutor, acontecendo dentro dos parâmetros sanitários de saúde, com o uso máscaras e luvas para evitar a contaminação, tanto ele quanto da tradutora (eu) higienizávamos as luvas com álcool, quando havia necessidade. Posteriormente, observaremos imagens que representam alguns materiais utilizados no processo de tradução das explicações dos conteúdos advindos dos planos de aula dos professores. Como por exemplo, no trabalho com verbos, na disciplina de Língua Portuguesa,

Para ilustrar, descrevemos que foi oferecido uma imagem em alto relevo para apresentar ao aluno o verbo trabalhar. Para tanto, o aspecto que contribuiu para perceber que o aluno tinha mais sensibilidade na mão. E no toque, ele conseguia entender melhor a partir da escrita alfabética no braço, compondo a palavra através de letras maiúsculas;

essa ação consistia em escrever, mostrar uma imagem ampliada e fazer o sinal em Libras.

No que se refere à construção de materiais adaptados, outro caso ocorreu na adaptação de uma das aulas de Geografia.

Hoje, uma das atividades trabalhadas foi sobre as regiões do Brasil, disciplina de Geografia, que tinha como objetivo o aluno identificar os limites das regiões. Desse modo, em um mapa comum seria difícil identificar, por conta da visão comprometida do Aluno SBV. Então, adaptei um mapa para alto relevo, um trabalho de construção mesmo, detalhado cada região era constituído por um tipo de relevo e espessura, para que o aluno pudesse perceber os limites de cada região que forma nosso país. (Diário Pessoal, 2020).

Quando trabalhamos com o aluno surdo e com baixa visão há esta necessidade, de trazer para a sala de aula como quarta estratégia: recursos com relevos, para despertar a sensibilidade tátil e facilitar a compreensão do conteúdo. Deste modo, o como recurso didático adaptado para o assunto “As Regiões do Brasil”, onde construímos o mapa com cartolina e para que o aluno identificasse os limites regionais utilizamos diferentes texturas para delimitar as fronteiras, foi positivo para a aprendizagem do aluno SBV.

A partir disso, compreendemos que a escola é um espaço privilegiado do desenvolvimento da aprendizagem, no geral, tem procurado melhorar cada vez mais no atendimento a comunidade escolar. Tendo em vista, que o aluno é o foco, o ser principal do processo, cujas ações pedagógicas são aplicadas para desenvolver o protagonismo e também a autonomia dele, em relação às aprendizagens. Todavia, essa proposta de ensino atende um grupo heterogêneo de discentes, visando formar alunos críticos, reflexivos, autônomos, etc. que estejam aptos a participarem plenamente da sociedade e que esteja preparado para o exercício do trabalho (BRASIL, 2017, p. 463).

Como resultado, podemos apontar que a aprendizagem do Aluno SBV melhorou significativamente, com as principais estratégias das atividades adaptadas e utilizadas no processo de tradução do e apoiada com a Libras Tátil e materiais adaptados, mesmo sendo esse após as aulas. Como avaliação sobre o trabalho desenvolvido durante o processo educativo de o aluno SBV podemos apontar que no

[...] Final do ano, os resultados foram gratificantes, um ano intenso de descoberta como profissional, que consegui vencer os desafios propostos, de

oferecer possibilidades inclusivas e educativas ao meu querido “Aluno SBV”. Embora o ensino remoto não tenha funcionado através das tecnologias digitais, porém com muita determinação foram propostas estratégias para que o aluno desenvolvesse sua aprendizagem. Ressalto, que nos encontros presenciais ele se esforçou e deu tudo de si para aprender, e juntos fizemos o ensino híbrido acontecer. [...] (Diário Pessoal, 2020)

Em relação à motivação para a inclusão do Aluno SBV, acontecia da seguinte forma, assistia a aula do professor no horário normal que ministrava a aula e passava as atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a temática deste artigo, que tratou sobre a inclusão do aluno surdo e com baixa visão no ensino regular remoto, de em uma instituição escolar estadual, de uma cidade do interior da Paraíba, em que a investigação foi realizada em um período atípico de pandemia de covid-19; e cujo os questionamentos buscaram compreender “Quais foram as estratégias de ensino mais adotadas na educação emergencial remota para atender as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelo aluno surdo e com baixa visão?” Essa problemática foi devidamente refletida por meio do estudo autoetnográfico, trazendo reflexões sobre a prática do intérprete de Libras, perante o processo educacional inclusivo. Uma vez que, o ensino remoto através das tecnologias se tornou uma impossibilidade para o aluno SBV assistir aulas. Então, como estratégias principais para o ensino/aprendizagem do aluno surdo e com baixa visão consideramos o ensino híbrido, por meio de encontros presenciais, assim como a Libras Tátil e a utilização de materiais adaptados. A reconstrução da prática se faz necessária para o atendimento das demandas dos educandos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Otavio Luis; CUNHA, Paulo Giovanni Moreira da. **Pandemia e a precarização do direito ao acesso à educação**. *Revista Pet Economia*. UFES, V. 01, JUL. 2020. Disponível:

<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19468/1/KCS18022021.pdf>>.

Acesso em: 29 de Abril de 2021.

BARRETO, A. C. F; ROCHA, D. N. **COVID 19 e Educação: Resistências, Desafios e (Im)Possibilidade**. *Revista Encantar – Educação, Cultura e Sociedade*. Bom Jesus da Lapa, v. 2, 2020, p. 01-11. Disponível em:

<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8480>> Acesso em: 29 de Abril de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**; texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília; Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf)>. Acesso em: 11 de Abril de 2021.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed, - Brasília, DF: Senado federal, Coordenação de edições Técnicas, 2020. 59.p

BRASIL. Lei n 13. 146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência)**. Disponível em: <<http://forensepedia.org/referencia/lei-13-1462015-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-comdeficiencia/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2021.

CARVALHO, R. E., **Inclusão Escolar: colocando os pingos nos “is”**. São Paulo: Mediação, 2005.

JOYE, C. R., Moreira, M. M., & Rocha, S. S. D. **Distance Education or Emergency Remote Educational Activity: in search of the missing link of school education in times of COVID-19. Research, Society and Development**, 9(7), (2020). , e521974299. Disponível em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4299>>. Acesso em: 24 de Abril de 2021.

MONTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? porquê? como?** São Paulo: Moderna, 2005.

RABUSKE, Fabiane Luiza. **Avanços e desafios da política nacional de educação especial [manuscrito]: a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular/ Fabiane Luiza Rabusk. - 2016. 27 p.**

ROSA, A. da S. (2006). **Tradutor ou Professor? Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo**. Ponto de Vista, n.8, 75-95. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1106>>. Acesso em: 10 de Abril de 2021.

SILVA, V. J. S, FAGUNDES, E. A. **Cultura Surda e seu embate com a cultura ouvinte**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR: 2015. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16897\\_7555.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16897_7555.pdf)>. Acesso em: 13 de Abril de 2021.

TATEISHI, I. Santos, Z. Jinhui. **“A inclusão de portadores de surdocegueira”**, Pandora. Brasil, n.24, 2010. Disponível: <[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/inclusao/inclusao\\_portadores.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/inclusao/inclusao_portadores.pdf)>. Acesso em: 24 de Abril de 2021.